

Pacote só beneficia próximo governo

JULIO FERNANDES

Do ponto de vista estritamente econômico, e imediatista a aprovação do pacote tributário, pelo Congresso Nacional, não é uma questão fundamental para o atual Governo. E que a aprovação ou não do pacote não terá qualquer efeito sobre a arrecadação prevista para este ano e, consequentemente, sobre a estimativa de um déficit público operacional de 5,09 por cento do PIB. O conjunto de medidas propostas pelo Governo atende às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e visa a eliminação de distorções e a recuperação de receitas a partir do próximo ano.

O ganho de receita — considerada a totalidade das medidas propostas — é relativamente pequeno (algo em torno de 0,47 por cento do PIB), mas não é sobre este fato que reside a verdadeira importância do pacote. Ela reside no fato de que o pacote se

antecipa ao futuro presidente e propõe a criação de novos impostos — a Constituição estabelece que novos impostos só podem ser criados no ano que antecede o seu recolhimento. E é justamente por esta razão que predomina, no Congresso, o entendimento de que sua aprovação é necessária. Por menor que seja o ganho de receita, ele será útil ao próximo presidente que terá dificuldades em aumentar a arrecadação tributária no primeiro ano do Governo, pois, se houver segundo turno, o eleito só será conhecido no dia 27 de dezembro.

De acordo com estimativas dos técnicos da área econômica, o déficit da União para o próximo ano será de 3,5 por cento do PIB. Dessa forma, considerando que sejam aprovadas todas as medidas propostas — criação do imposto sobre grandes

fortunas, taxação das operações em Bolsas de Valores, tributação da renda agrícola e corte de incentivo e subsídios fiscais — o ganho de receita corresponderia apenas à metade dos NCz\$ 3 bilhões que o Governo deve obter para que o déficit orçamentário do próximo ano fique restrito aos custos financeiros de rolagem e pagamento dos encargos da dívida interna.

Para a equipe econômica do Governo, entretanto, o pacote tributário e seus efeitos não devem ser entendidos isoladamente. "O que estamos fazendo é procurar deixar a caixa em ordem para o próximo presidente", comenta um assessor do ministro Maílson da Nóbrega. "O pacote tributário, a privatização de empresas, a venda de imóveis e a adoção de outras medidas complementares poderão, em seu conjunto, proporcionar os ajustes necessários".